

Amicus curiae como forma de intervenção de terceiro no processo civil brasileiro

Zilá T. Miorelli*

Sumário:

Introdução; 1 A figura do *amicus curiae* 1.1 Considerações sobre a expressão; 1.2 Conceito; 1.3 Relato histórico; 1.4 Utilização no Direito estrangeiro 1.4.1 Referências no Direito inglês; 1.4.2 Referências no Direito norte-americano; 1.4.3 Referências em outros países; 2 O papel dos terceiros no processo civil 2.1 A intervenção de terceiros; 2.2 O *amicus curiae* como forma de intervenção de terceiro; 3 O *amicus curiae* no Direito brasileiro; 3.1 Referências na legislação; 3.2 Espécies de *amicus curiae*; 3.3 Quem pode ser *amicus curiae*; 3.4 Admissão como *amicus curiae*; Conclusão; Referências.

Introdução

O presente estudo objetiva analisar uma figura jurídica que recentemente tem levado doutrinadores a uma análise mais profunda. Trata-se do *amicus curiae*. O que mais tem instigado os estudiosos diz respeito à forma como o *amicus* intervém no processo. Questiona-se se seria ele uma nova forma de intervenção de terceiro ou se pode ser dito que ele é uma espécie *sui generis* da assistência. Alguns se arriscam a dizer que o *amicus* é uma espécie especial de perito.

A partir disso, manifesta-se a necessidade de deixar clara a forma de intervenção do *amicus curiae* no processo civil brasileiro. Para descobrir isso, necessário se faz identificar onde surgiu, comparar sua utilização em outros países, sua introdução e previsão em nosso sistema normativo, bem como sua definição. Paralelamente, analisar as formas de intervenção de terceiros no processo civil, bem como a assistência, comparando com a maneira como o *amicus* intervém. E, por fim, examinar quem pode desempenhar o papel de *amicus curiae*, em quais situações ele pode intervir e o que deve ser feito para que seja admitido no processo.

Apesar do relativo desconhecimento em relação a esta figura, a divergência de opiniões doutrinárias mostra-se evidente quando se discorre a respeito do *amicus curiae*.

Quase que geralmente, quando se escreve sobre o *amicus curiae*, ele é definido e entendido em sua tradução literal, qual seja, “amigo da Corte”. Ocorre que essa tradução literal pode muito bem definir o instituto no Direito norte-americano, onde é largamente utilizado. Lá, o amigo da Corte é aquele que auxilia o juízo, tal qual um perito, que supre os conhecimentos, técnicos ou científicos, que o juiz não possui, fornecendo dados para que ele possa sentenciar de forma justa.

No processo civil brasileiro não é dessa forma que o *amicus curiae* intervém. Ele é um voluntário que participa na decisão final. Não pode ser confundido com as hipóteses comuns de intervenção de terceiros no processo. Ele não está diretamente ligado ao processo, ou às partes, mas tem interesse na decisão final.

O *amicus curiae* deve ser entendido como instituto que é, eliminando a necessidade de traduzir a expressão para que possa ser compreendido. Por ser figura relativamente recente no processo civil brasileiro, necessita de muito estudo e análise crítica sobre a doutrina e jurisprudência que cercam o tema.

1 A figura do *amicus curiae*

1.1 Considerações sobre a expressão

A expressão *amicus curiae* tem sua origem no latim e, costumeiramente, é traduzida como “amigo da Corte” ou, mais raramente, como “amigo da Cúria”.

Diz-se que é amigo da Corte e não amigo das partes, pois se insere no processo como um terceiro, com a função de colaborar com a Justiça, como, por exemplo, o perito designado pelo juiz para aconselhá-lo.

A tradução literal da expressão pode explicar o instituto na sua origem e, modernamente, no Direito norte-americano, onde é largamente utilizado. Porém, no Processo Civil brasileiro o *amicus curiae* não é conhecido como um colaborador da Corte,¹ não atua propriamente auxiliando o juízo, tal qual o faz

*Pós-Graduada *Lato Sensu* em Direito Processual Civil pela Unisul.

¹ Entendendo-se como tal os tribunais, ou, de uma forma mais ampla, o Poder Judiciário como um todo.

um perito, que supre os conhecimentos, técnicos ou científicos, que o juiz não possui, fornecendo dados para que ele possa sentenciar de forma justa.

Em alguns casos, torna-se praticamente impossível a tradução da terminologia jurídica de uma língua para outra. Esse é o entendimento de Cassio Scarpinella Bueno. Para o jurista, é melhor não traduzir a expressão, pois sua tradução para o vernáculo é vazia de significado para a experiência jurídica brasileira. É necessário “encontrar o seu referencial e seu contexto de análise no Direito brasileiro”.² O amigo da Corte, tal qual foi criado, não possui referência no Direito brasileiro.

Quando houver, em um processo, pluralidade de *amicus*, utiliza-se a palavra no plural: *amici*. A palavra *curiae*, se posta no plural, ficaria como *curiarum*, porém a expressão no plural é designada como *amici curiae*.

1.2 Conceito

Grande parte da doutrina entende que o *amicus curiae* se trata de uma nova modalidade de intervenção de terceiros no processo. Alguns entendem que sua natureza jurídica é a da assistência.³ Sobre a natureza jurídica do *amicus curiae*, bem como se se trata de intervenção anômala de terceiro no processo, trataremos sobre o tema no item 2.

Aquele que intervém como *amicus curiae* manifesta-se em uma ação na qual não figura como parte, movida por um interesse maior que o das partes envolvidas no processo. É um terceiro de natureza excepcional que participa do processo com intuito de representar a sociedade nas questões em que existem relevantes interesses sociais em conflito, pois visa a ampliar o debate acerca das questões suscitadas.

Cassio Scarpinella Bueno entende que o fato de o *amicus curiae* ser classificado como um terceiro diferente porque não se assemelha às outras formas de intervenção é insuficiente e insatisfatório. Ele deve ser entendido em sua essência, sugerindo um consequente regime jurídico seu.⁴

Patricia Martins Valente nos dá uma definição precisa do instituto, optando-se por transcrevê-la abaixo:

O *amicus curiae* é um terceiro que intervém no processo por convocação judicial ou por livre iniciativa para fornecer ao juízo elementos reputados como importantes ou úteis, possibilitando que o julgamento seja o mais próximo possível de um ideal de verdade e justiça, prevendo a repercussão econômica, social e moral da decisão, ou seja, antevendo os reflexos dessa decisão na sociedade. É, portanto, um portador de elementos, informações e valores que deverão ser levados em consideração pelo magistrado para melhor compreensão e julgamento da causa e que estão fora de seu alcance devido à própria formação média do magistrado ou que, se não fosse pela intervenção do *amicus curiae*, poderiam passar despercebidos.⁵

1.3 Relato histórico

A origem do *amicus curiae* não é clara entre os doutrinadores.

Existem duas teses sobre o nascimento do instituto. Uma delas alude ter o *amicus curiae* sido instituído pelas leis romanas, em que sua função era colaborar com os juízes nos casos em que a solução do litígio dependesse de conhecimentos não eminentemente jurídicos, com o intuito de que o magistrado não cometesse algum equívoco no momento de julgar.

Uma segunda tese aponta que as origens mais remotas do instituto encontram-se no Direito inglês, mais precisamente no Direito Penal medieval,⁶ em que teve amplo desenvolvimento, passando, então, a ficar conhecido em outras nações, sobretudo nos Estados Unidos, onde a doutrina e a jurisprudência afirmam estar sua origem no Direito inglês. O *amicus curiae* atuava nos casos em que não houvesse interesse governamental. Sua função precípua era apontar e atualizar leis ou precedentes jurisprudenciais “não mencionados pelas partes ou ignorados pelo julgador, [...]. Cumpria um papel meramente informativo e supletivo, mas de clara importância para a corte”.⁷

² BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. *Revista da Escola Nacional de Magistratura*, v. 2, 5, p. 133, abr. 2008.

³ Athos Gusmão Carneiro *apud* PRADO, Rodrigo Murad do. O *amicus curiae* no Direito processual brasileiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, 676, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6717>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

⁴ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.

2008. p. 1.

⁵ VALENTE, Patricia Martins. *Natureza jurídica do amicus curiae*. Disponível em: <http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080930160753402>. Acesso em: 22 jan. 2011.

⁶ BUENO, *op. cit.*, p. 88.

⁷ PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues Del. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação*

Giovanni Criscuoli, citado por Cassio Scarpinella Bueno, entende que a figura do *amicus curiae* teria derivado do *consiliarius* romano. Ao magistrado romano era facultado “complementar o seu conhecimento jurídico com a opinião de um técnico ou com o auxílio do *consilium*, órgão variável em composição que tinha funções consultivas em geral [...]”.⁸

O sistema inglês desenvolveu a figura e incorporou-a ao seu ordenamento jurídico, adaptando-a as suas necessidades.

Basicamente, eram duas as diferenças mais marcantes entre a figura do *consiliarius* e a do *amicus curiae*. A primeira delas é que o *consiliarius* intervinha somente quando convocado pelo juiz, sendo que o *amicus curiae*, desde seus mais remotos registros no Direito inglês, podia comparecer espontaneamente. A segunda diferença é que o *consiliarius* prestava seu auxílio baseado em seu próprio e livre convencimento, sempre de acordo com os princípios do Direito. Sua atuação era neutra, enquanto que o *amicus curiae* poderia fornecer elementos para a vitória de uma das partes.⁹

No início do século XIX o *amicus curiae* desenvolveu-se plenamente, foi quando passou a ser aceito pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

1.4 Utilização no Direito estrangeiro

1.4.1 Referências no Direito inglês

Mencionamos anteriormente, mais precisamente no item 1.3, que foi no Direito inglês que surgiram, de forma mais sistemática, as primeiras referências ao instituto do *amicus curiae*. Com o passar do tempo, e também pela evolução sofrida, passou a fazer parte do Direito norte-americano, país onde é largamente utilizado.

No Direito inglês antigo, o *amicus curiae* atuava nos casos em que não houvesse questões de interesse governamental. Ele comparecia perante as Cortes como *attorney general* (advogado geral, na tradução para a língua portuguesa) e sua função era a de “apontar e sistematizar, atualizando, eventuais precedentes (*cases*) e leis (*statutes*) que se supunham, por qualquer razão, desconhecidos para os juízes”.¹⁰

jurisdicional. Curitiba: Juruá, 2007. p. 25.

⁸ BUENO, *op. cit.*, p. 88.

⁹ *Ibidem*, p. 89.

¹⁰ *Ibidem*, p. 90.

A respeito das mais antigas manifestações do *amicus curiae* no Direito inglês, a doutrina aponta que os tribunais tinham ampla liberdade para admitir, ou não, sua participação em juízo, bem como definir os limites de sua atuação. Essa antiga prerrogativa do Direito inglês pode ser vista em nosso ordenamento jurídico, pois, de acordo com as normas que controlam os processos de ADIn, ADC e ADPF, cabe ao Supremo Tribunal Federal o poder de decidir a respeito da participação de eventuais *amici curiae*.

O desenvolvimento do *amicus curiae* deveu-se a uma peculiaridade do sistema inglês, o chamado *adversary system*,

que assegura grande liberdade aos litigantes para conduzir o processo em todos os seus sentidos de acordo com a sua própria vontade e *estratégias*. Reconhece-se aos litigantes, com efeito, o direito de litigar perante um tribunal longe da participação ou interferência de estranhos.

O que pode parecer paradoxal, mas que é a mola propulsora do desenvolvimento do instituto, é que a participação do *amicus* passou a ser cada vez mais justificada, precisamente por ser ele um *estranho* (um terceiro) ao litígio, mas, não obstante essa qualidade, um estranho com condições efetivas de auxiliar a corte na solução de determinadas questões que transcendiam seu conhecimento.¹¹ (Grifos no original).

Atualmente, no Direito inglês, a admissão do *amicus curiae* está restrita aos casos em que interesses públicos estejam sob tutela, e também nos casos em que haja interesse da Coroa inglesa.

Nestes casos, o magistrado deve se convencer de que a intervenção do *amicus curiae* é essencial para o esclarecimento de algum fato, mesmo que esse fato se trate de questão de direito.

1.4.2 Referências no Direito norte-americano

Nos Estados Unidos, apesar de haver regras específicas a respeito da intervenção de terceiros em juízo, há um espaço muito amplo para a intervenção do *amicus curiae*.

O instituto foi incorporado ao Direito norte-americano no início do século XX. Seu objetivo era o de proteger os direitos difusos e os coletivos. No primeiro caso estariam os direitos da sociedade em geral e, no segundo, os de determinados grupos. A função precípua do *amicus* era a de chamar a atenção

¹¹ *Ibidem*, p. 92.

dos juízes a respeito de alguma matéria que poderia escapar-lhes ao conhecimento.

No começo da utilização do instituto pelo Direito norte-americano, o *amicus curiae* era convocado somente nos casos em que algum ente da federação ou a própria administração federal fizesse parte da lide. Sua função era fazer valer os interesses públicos sobre os privados.

Com a natural evolução do instituto, surgiu a separação em duas espécies distintas de *amici*: os particulares e os governamentais.¹² Os *amici* particulares têm sua atuação em juízo mais restrita do que os *amici* governamentais. A estes são reconhecidos praticamente quase todos os poderes de que são dotadas as partes no processo. Já para os *amici* particulares os poderes de atuação são mais tênues. Anota-se também que a participação em juízo dos *amici* governamentais e particulares visa objetivos distintos. Os *amici* governamentais pleiteiam sua admissão em juízo para a defesa de um interesse público que diga respeito a toda uma coletividade. Já os *amici* particulares buscam pleitear interesses próprios.

Com relação aos *amici* governamentais, anota Cassio Scarpinella Bueno¹³ que a doutrina norte-americana reconhece que eles são muito parecidos com o instituto do Direito romano que, como dito anteriormente (veja-se item 1.3), tem uma atuação em juízo neutra, representando somente os interesses envolvidos na ação. Claro que, na própria doutrina norte-americana, existem os que discordam dessa afirmação, pois entendem que os *amici* governamentais não têm condições de representar adequadamente os interesses envolvidos.

No estágio em que se encontra o Direito Norte-americano, o maior desafio a que está submetida a doutrina do país é o de saber diferenciar uma circunstância da outra, ao mesmo passo em que averigua quais as restrições de atuação de um e de outro tipo de *amicus*.¹⁴

No final do século passado, a participação de *amicus curiae* apresentou um crescimento preocupan-

te. Estavam participando de processos sem, contudo, acrescentar algo de novo. Os memoriais de admissão (*amicus brief*)¹⁵ simplesmente repetiam os mesmos argumentos dos litigantes.

Isso fez com que surgissem regulamentações que restringiam a admissão de *amicus brief*.

A Regra Federal de Procedimentos de Apelação norte americana agora também requer que esteja expresso no memorial do *amicus* a razão pela qual esse memorial é desejável e porque os argumentos propostos são relevantes para o caso em julgamento; requer também que o *amicus* seja propriamente identificado, assim como seu interesse no caso e qual sua representatividade.¹⁶

Na atualidade, a Regra 37 da Suprema Corte dos Estados Unidos disciplina o instituto do *amicus curiae*. Dentre os requisitos dessa Regra, destacamos o seguinte:¹⁷

- 1) o *amicus curiae* deve trazer aos autos matéria relevante ainda não suscitada pelas partes;
- 2) em certos casos específicos, o *amicus* tem o dever de apresentar o consentimento das partes litigantes para fazer parte do processo. Esse consentimento deve ser por escrito e, se as partes negarem-no, ele deverá juntar ao *amicus brief* as razões da negativa, já que não é parte formal do processo, para apreciação da Corte. Independentemente do não consentimento das partes em litígio, a Corte poderá admitir o ingresso do *amicus curiae*. O consentimento das partes também é obrigatório no caso de o *amicus* querer apenas fazer sustentação oral;
- 3) o *amicus curiae* que atuar em nome da União e de outros órgãos governamentais, quando legalmente autorizado, não necessita do consentimento das partes;
- 4) o *amicus brief* não pode ultrapassar 1.500 palavras.

¹² ZERBES, Marcelo. *Reflexões sobre o amicus curiae no processo civil brasileiro*: um mecanismo para a realização dos valores do Estado democrático de Direito. Disponível em: <<http://tex.pro.br/tex/listagem-de-artigos/202-artigos-set-2007/5501-reflexoes-sobre-o-amicus-curiae-no-processo-civil-brasileiro-um-mecanismo-para-a-realizacao-dos-valores-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

¹³ BUENO, *op. cit.*, p. 96.

¹⁴ ZERBES, *op. cit.*

¹⁵ Termo normalmente utilizado para se referir ao documento redigido pelo *amicus curiae* e encaminhado à Corte.

¹⁶ SANTOS, Esther Maria Brighenti dos. *Amicus curiae: um instrumento de aperfeiçoamento nos processos de controle de constitucionalidade*. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, 906, 26 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7739>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

¹⁷ RULES of the Supreme Court of the United States. Disponível em: <<http://www.supremecourt.gov/ctrules/2010RulesoftheCourt.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011.

1.4.3 Referências em outros países

A figura do *amicus curiae* vem ocupando, gradativamente, cada vez mais espaço em âmbito internacional. O instituto repercutiu em diversos países, tais como Argentina, Canadá, França, Itália e Austrália.

Na Argentina, o instituto não está previsto expressamente. A figura do *amicus curiae* pode ser assumida por qualquer pessoa, sendo que se pode dizer que ela é o “fornecimento ao tribunal, voluntariamente ou a pedido dele próprio, de informações, opiniões, ou indicando a existência de alguma questão jurídica que tenha escapado de sua consideração”.¹⁸

A admissão do *amicus curiae*, já que não está prevista expressamente, está subentendida nos dizeres do art. 33 da Constituição, que diz que os direitos e garantias nela previstos não serão entendidos como negação de outros direitos e garantias não enumerados, visto que se originam do princípio da soberania do povo e da forma republicana de governo. Todavia, houve projeto de lei, não aprovado, que tentou regulamentar expressamente o *amicus curiae* no Direito argentino, inspirado na atuação do *amicus* no Direito norte-americano.

No Canadá, o instituto está previsto de forma expressa nas regras da Suprema Corte. Vale lembrar que o Canadá é um dos países que adotam o sistema da *common law*.¹⁹

Na Austrália, país que também adota a *common law*, a atuação do *amicus curiae* se dá pela praxe forense, pois não existe normatização a respeito do instituto.

Na França, país que adota a *civil law* e, sendo a figura do *amicus curiae* tipicamente do Direito anglo-americano, também não há lei que expressamente admita a participação do *amicus*. Porém, a jurisprudência tem admitido sua intervenção.

De acordo com o entendimento dessas decisões, o *amicus* deve ser entendido como uma *técnica de informação* que o juízo pode utilizar sem levar em conta as regras tradicionais da colheita da prova.

À falta de lei que admita expressamente a intervenção do *amicus*, tem-se entendido que tal intervenção possa dar-se por derivação das regras de prova que, em última análise, facultam ao juiz colher os elementos de formação de seu convencimento da forma mais oportuna.²⁰

A intervenção do *amicus curiae* na França vincula-se às origens do instituto, em que atuava como auxiliar do juízo, prestando esclarecimentos e informações consideradas necessárias para o deslinde da causa.

A Itália, país que adota a *civil law*, também não possui lei que admita expressamente a intervenção do *amicus curiae*. A participação do *amicus* nesse país é mais restrita. Ao juiz é possibilitado determinar, no processo do trabalho, mediante requerimento das partes ou mesmo de ofício, que os sindicatos prestem informações em juízo.

A crítica ao Direito italiano reside no fato de que não deveriam ser estabelecidas quais as entidades que podem intervir como *amicus curiae*.

2 O papel dos terceiros no processo civil

2.1 A intervenção de terceiros

Convém, inicialmente, distinguir partes de terceiros. Conceituar o que vem a ser parte é uma das maiores dificuldades em Direito Processual Civil. Dessa forma, qualquer conceituação que puder ser dada será insatisfatória em algum aspecto.

Enrico Tullio Liebman diz que as partes são “os sujeitos do contraditório instituído perante o juiz”.²¹

Já, para Cassio Scarpinella Bueno, “partes são os não-terceiros; terceiros são todos os que não são partes. O conceito de parte, nestas condições, é obtido pela negação de quem seja terceiro e vice-versa”.²²

Podem ser consideradas como partes aquela que demandar em juízo em seu nome e aquela em cujo nome for demandada.

¹⁸ BUENO, *op. cit.*, p. 116.

¹⁹ *Common law* (do inglês “direito comum”) é o direito que se desenvolveu em certos países por meio das decisões dos tribunais, e não mediante atos legislativos ou executivos. Constitui, portanto, um sistema ou família do direito, diferente da família romano-germânica do direito, que enfatiza os atos legislativos. Nos sistemas de *common law*, o direito é criado ou aperfeiçoado pelos juízes: uma decisão a ser tomada num caso depende das decisões adotadas para casos anteriores e afeta o direito a ser aplicado a casos futuros. Nesse sistema, quando não existe um precedente, os juízes possuem a autoridade para criar o direito, estabelecendo um precedente. O conjunto de precedentes é chamado de *common law* e vincula todas as decisões futuras. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Common_law>. Acesso em: 22 jan. 2011. No Brasil, utiliza-se a *civil law*, baseada no Direito Romano. Na *civil law*, é típica a codificação, o caráter escrito do Direito.

²⁰ BUENO, *op. cit.*, p. 110.

²¹ Apud ZERBES, *op. cit.*

²² BUENO, Cassio Scarpinella. *Partes e terceiros no processo civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 3.

O terceiro é aquele que não é parte. Pode-se dizer que qualquer outro indivíduo, que não o demandante e o demandado, é considerado como terceiro. Nessa seara de pensamento, o juiz, o perito, o escrivão, os auxiliares do Poder Judiciário, etc. podem ser considerados terceiros.

Um terceiro pode tornar-se parte em um processo e quem é parte pode vir a ser terceiro.

A intervenção de terceiros ocorre “quando alguém ingressa em processo pendente entre outras partes, estabelecendo-se uma nova relação jurídica secundária, autônoma e independente da existente até então”.²³

O Código de Processo Civil enumera determinadas situações em que um terceiro, por alguma razão, passa a integrar a lide. Essas situações encontram-se discriminadas no capítulo que trata da intervenção de terceiros. São elas: oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo (arts. 56 a 80).

A assistência também é considerada pela doutrina como sendo uma modalidade de intervenção de terceiros, muito embora não tenha sido tratada no mesmo capítulo.

Porém, não é somente a assistência que a doutrina considera como forma de intervenção de terceiro que não consta no capítulo que trata deste tema. Existem outras situações, como, por exemplo, os embargos de terceiro, o recurso de terceiro prejudicado e o art. 360 do Código de Processo Civil, que trata da exibição de documento ou coisa, nas situações em que um terceiro deve vir a juízo quando a ele for determinado que exhiba documento ou coisa que está em seu poder.

O objetivo deste item não é analisar detalhadamente todas as formas de intervenção de terceiro previstas no Código de Processo Civil, mas sim identificar quais são elas, com o intuito de distingui-las e compará-las com a forma como o *amicus curiae* intervém no processo.

Na oposição, o terceiro intervém no processo para defender direito próprio que está sendo questionado.²⁴ A nomeação à autoria é instituto processual em que aquele que detiver a coisa em nome alheio e

é demandado em nome próprio deverá nomear à autoria o proprietário ou o possuidor, transferindo-lhe a posição de réu.²⁵ Na denunciação da lide, autor ou réu chama um terceiro a juízo para intervir na ação como litisconsorte.²⁶ A última modalidade de intervenção de terceiro contemplada pelo Código de Processo Civil, o chamamento ao processo, tem por escopo a integração no polo passivo da demanda de coobrigado (corréu) pela obrigação demandada pelo autor.²⁷

A assistência é forma espontânea de intervenção, o terceiro vem ao processo por sua própria vontade, pois tem interesse em que a sentença seja favorável a uma das partes. Esse interesse não pode ser meramente econômico, o assistente deve ter interesse jurídico, como, por exemplo, o sublocatário na ação de despejo.

Quando terceiros são admitidos no processo, eles se tornam partes, e sobre eles também incidirão os efeitos da coisa julgada. Esses efeitos não atingirão o *amicus curiae*, primeiramente porque ele não participou do contraditório entre as partes e também porque não existe previsão legal quanto a este aspecto.

Em todas as formas de intervenção de terceiro, este ingressa no processo para defender interesse próprio ou para ajudar uma das partes. O *amicus curiae* ingressa no processo para defender um interesse institucional.

No que diz respeito à assistência, diversos autores têm a figura como paradigma ao *amicus curiae*, considerando-o como uma espécie de assistência anômala, *sui generis*.

Para Daniel Ustároz, as formas de intervenção de terceiro no processo não se mostram úteis nas ações que tramitam perante o Supremo:

[...] as formas tradicionais de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, tutelando o interesse subjetivo das partes, contrastam com o perfil objetivo dos processos da Suprema Corte, no controle concentrado. Logo, assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo, conquanto louváveis em determinados processos individuais, nas demandas diretas que tramitam no Supremo não se apresentam como úteis.²⁸

²³ BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. *Sinopses jurídicas: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, v. 11, 2007. p. 90.

²⁴ ALMEIDA, Ângela; CARNIEL JR., Gilberto; MIORELLI, Zilá Teresinha. In: AUGUSTIN, Sérgio (Coord.). *Direito processual civil: teoria e prática*. 4. ed. Caxias do Sul: Plenum, 2010. p. 65.

²⁵ *Ibidem*, p. 71.

²⁶ *Ibidem*, p. 77.

²⁷ *Ibidem*, p. 89.

²⁸ USTÁROZ, Daniel. *Amicus curiae: um regalo para a cidadania presente*. Disponível em: <<http://www.notadez.com.br/anexos/>>

Também existe a comparação do *amicus curiae* como sendo uma espécie de auxiliar do juízo, às vezes até classificando-o como um perito especial, pois vem a juízo para trazer informações ao processo para que o juiz sentencie de forma justa.

Apesar das semelhanças entre a função do perito e do *amicus curiae*, estes não se confundem. O perito trata-se de um auxiliar eventual. O magistrado solicita seus conhecimentos, técnicos ou científicos, para elucidar fatos indispensáveis à formação de seu convencimento. Já o *amicus* intervém no processo por sua própria vontade e, contrariamente aos peritos, não está sujeito ao impedimento ou à suspeição. Também não recebe honorários pelo trabalho desempenhado.

2.2 O *amicus curiae* como forma de intervenção de terceiro

Como dito anteriormente, o *amicus curiae* ingressa em um processo alheio com o intuito de defender uma tese jurídica, não é a pretensão de uma das partes que lhe interessa, “porque as decisões tendem a ter efeito vinculante, e o faz em nome de interesses institucionais”.²⁹

O pretense *amicus curiae* precisa demonstrar que tem interesse na solução da controvérsia e que o deslinde que será dado à causa poderá afetá-lo de alguma forma. Ele também pode ter o chamado *interesse subjetivo público*. A título de exemplo, cita-se o pedido da CNBB para ingressar como *amicus curiae* no julgamento do aborto de feto anencefálico pelo STF.

Entende-se por interesse público não só aquele constante nos interesses difusos e coletivos, os chamados transindividuais, mas também nos individuais homogêneos que, “apesar de terem como titulares sujeitos individualmente considerados, atingem consideráveis parcelas da população, autorizando a admissão do colaborador no processo”.³⁰

Pode-se dizer que o interesse institucional também é um interesse público, pois ultrapassa o interesse individual de cada um dos polos da lide. É um interesse que diz respeito ao Estado porque está ligado

a algum valor que o próprio Estado representa e que é sua função primordial fazer cumprir.

O interesse do *amicus curiae* é institucional porque é voltado para a sociedade. Ele só será admitido em juízo se ficar caracterizado o interesse público ou institucional legitimando sua intervenção.

O interesse institucional é o que difere o *amicus curiae* da assistência. Da mesma forma, a natureza jurídica dos dois institutos também difere. Essa questão, a da natureza jurídica do *amicus curiae*, é controversa entre os doutrinadores. Alguns têm se referido a ele como uma forma diferenciada de intervenção de terceiro, uma intervenção atípica. Para outros, por se assemelhar mais à forma como o assistente intervém no processo, entendem tratar-se de assistência qualificada. Mas não há unanimidade quanto a essa afirmação.

Há, ainda, os que o consideram como uma espécie de auxiliar do juízo, sua participação é um verdadeiro apoio técnico ao magistrado.

A necessidade de não se confundir o *amicus curiae* com esses outros institutos do direito processual brasileiro não quer significar que não haja traços comuns entre eles. Pelo contrário, esses traços existem.³¹

Na concepção do Supremo Tribunal Federal, o *amicus curiae* é figura apta a ampliar o debate das questões suscitadas sobre matéria constitucional relevante.

A seguir, buscaremos comparar as semelhanças e diferenças entre a atuação do *amicus curiae* e as formas de intervenção de terceiro no processo, bem como a assistência.

Em nosso ordenamento jurídico, um terceiro só pode intervir em um processo alheio para auxiliar uma das partes, devendo demonstrar que possui interesse jurídico próprio na solução da lide. Não só o interesse jurídico deve ser demonstrado, mas também o interesse econômico. O terceiro deve demonstrar, inclusive, que a decisão poderá afetar diretamente seu direito e não o das partes em litígio.

No entendimento de Laércio de Lima Leivas, o *amicus curiae* é uma nova forma de intervenção de terceiro, com características próprias, principalmente quando se tratar de controle concentrado de constitucionalidade.³²

RJ%20371%20-%20Doutrina%20C%C3%ADvel.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

²⁹ NOGUEIRA, Gustavo Santana. *Processo civil: teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, tomo 1, 2004. p. 289.

³⁰ NUNES, Dymaima Kyzzy. *A previsão do ‘amicus curiae’ na Lei 9.868/99 e a democratização do controle concentrado de constitucionalidade via Ação Direta de Inconstitucionalidade*. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/39336>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

³¹ VALENTE, *op. cit.*

³² LEIVAS, Laércio de Lima. *Amicus curiae: instrumento de realização da sociedade aberta de intérpretes constitucionais*. 2006. Monografia

Apesar de opiniões em contrário, nosso entendimento é que o *amicus curiae* não se enquadra nessa situação.

O *amicus curiae*, ao apresentar suas razões ao assunto debatido em juízo, está buscando a melhor solução para uma coletividade, não importando sua relevância para uma ou ambas as partes litigantes. O interesse público está acima do interesse privado.

Nesses termos, a lição de Cândido Rangel Dinamarco:

O *amicus curiae* é uma parte imparcial e suas manifestações devem pautar-se pela busca de uma decisão juridicamente correta e politicamente adequada, sem vinculação com o interesse de qualquer das partes em litígio; [...] ³³

Baseando-se no que foi dito a respeito do *amicus curiae* até então, e também nos conceitos das espécies de intervenção de terceiro enumeradas no item anterior, verifica-se que a forma como o *amicus curiae* adentra no processo não se trata de nenhuma das formas de intervenção de terceiro capituladas no Código de Processo Civil.

Apesar de o *amicus curiae* se caracterizar como um terceiro e intervir no processo, não é razoável reconhecer este instituto como uma espécie de intervenção de terceiros. ³⁴

Fundamentalmente, o que distingue a figura do *amicus curiae* das formas de intervenção de terceiro no processo é a ausência de interesse jurídico.

Outro ponto controvertido reside no fato de que parcela da doutrina qualifica o *amicus curiae* como uma forma diferenciada de assistência, isso se daria porque:

no processo comum basta(ria) ao terceiro demonstrar o interesse legítimo pra ingressar em juízo, enquanto como *amicus curiae* a suposta assistência estaria adstrita ao exame da representatividade do intervenientes [sic]. Eis, então, a razão da qualificação da assistência. ³⁵

O mesmo autor, após esclarecer o porquê da comparação entre os dois institutos, opina por não qualificar o *amicus* como uma forma de assistência:

(Especialização em Processo Civil) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. p. 49-50.

³³ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito processual civil*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, v. 2, 2005. p. 394.

³⁴ VALENTE, *op. cit.*

³⁵ LEIVAS, *op. cit.*, p. 50.

Ocorre que, identificar o *amicus curiae* com a figura processual da assistência é, ao nosso sentir, negar a essência de sua participação em juízo. Enquanto o assistente atua sempre em defesa de interesse próprio - que pode(rá) ser afetado com a decisão jurisdicional -, o *amicus* detém uma postura processual "altruista", pois intervém em defesa de um interesse público, que no caso especial da Lei 9.868/99 pode ser denominado de *interesse público de controle*. ³⁶ (Grifo no original).

Milton Luiz Pereira segue na mesma esteira de pensamento, entendendo não ser válido taxar a figura do *amicus curiae* como uma forma diferenciada de assistência:

Não se confunde o *amicus curiae* com a prefalada assistência. Pois esta depende da evidência de risco jurídico significativo, enquanto que aquele se habilita, excepcionalmente, no exercício de suas funções públicas e quando avulta a necessidade de defender o interesse público, seja em relação à qualidade dos serviços, seja em referência aos sinais de aspectos econômicos negativos. ³⁷

Mais adiante, o autor complementa que mesmo que o *amicus curiae* exija cuidados especiais na sua admissão, embora sem a desejada amplitude,

traz a novidade do consentimento, sem os limites dos padrões legais ligados à substituição das partes, litisconsórcio, assistência e das clássicas intervenção de terceiros e denunciação da lide, obviando-se o distanciamento com o chamamento ao processo [...]. ³⁸

Na assistência, o interveniente adentra no processo almejando sentença favorável a uma das partes. O interesse do *amicus curiae* é somente na questão jurídica em debate entre os litigantes, ele não está defendendo a tese de uma das partes envolvidas no processo. Para ele, o fato de se interessar por um determinado resultado é pura e simplesmente por entender ser a melhor decisão para o grupo social que representa.

Para Cassio Scarpinella Bueno, o que distingue o *amicus curiae* da assistência é o interesse jurídico (não distingue somente da assistência, mas também das demais formas de terceiros intervirem no processo). Para ele, o interesse jurídico é o critério que indicará:

³⁶ *Ibidem*, p. 50.

³⁷ PEREIRA, Milton Luiz. *Amicus curiae: intervenção de terceiros*. Revista do Centro de Estudos Judiciários, Brasília, 18, p. 85, jul./set. 2002.

³⁸ *Ibidem*, p. 85.

qual a função processual a ser assumida pelo *amicus* em juízo. Certo que a identificação desse especial “interesse” não revela, propriamente, o que o *amicus* faz no processo, mas o que o move para dentro do processo (por provocação ou espontaneamente, pouco importa). No entanto, são os contornos desse seu “interesse” que, em nossa opinião, indicam o que pode e o que não pode pretender fazer o *amicus* e que, portanto, caracteriza sua atuação.³⁹

No entanto, como dito anteriormente, a doutrina não é unânime e outros doutrinadores entendem de forma diversa. Na concepção de Edgard Silveira Bueno Filho:

Embora a lei diga que não é possível a intervenção de terceiros nos processos de controle direto de constitucionalidade, e o regimento interno do STF haja proibido a assistência, o fato é que a intervenção do *amicus curiae* é uma forma qualificada de assistência.⁴⁰ (Grifo nosso).

Da mesma maneira pensa Dymaima Kyzzy Nunes:

Logo, cuida-se a intervenção do *amicus* de forma qualificada de assistência, na medida em que para intervir, basta que demonstre interesse jurídico público que o legitime.⁴¹ (Grifo nosso).

Em nosso entendimento, a definição mais acertada quanto à natureza jurídica do *amicus curiae* foi dada pelo Supremo Tribunal Federal, no Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 748/RS, quando deixou claro que o instituto não se trata de intervenção de terceiro, nem de assistência, tampouco o *amicus curiae* é um auxiliar do juízo. O instituto foi classificado como um colaborador informal da Corte.

Confira-se a ementa em sua íntegra:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - INTERVENÇÃO ASSISTENCIAL - IMPOSSIBILIDADE - ATO JUDICIAL QUE DETERMINA A JUNTADA, POR LINHA, DE PEÇAS DOCUMENTAIS - DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE - IRRECORRIBILIDADE - AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. - O processo de controle normativo abstrato instaurado perante o Supremo Tribunal Federal não admite a intervenção assistencial de terceiros. Precedentes.

³⁹ BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 447.

⁴⁰ BUENO FILHO, Edgard Silveira. *Amicus curiae: a democratização do debate nos processos de controle da constitucionalidade*. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Brasília, 19, p. 88, out./dez. 2002.

⁴¹ NUNES, *op. cit.*

Simples juntada, por linha, de peças documentais apresentadas por órgão estatal que, sem integrar a relação processual, agiu, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, como colaborador informal da Corte (*amicus curiae*): situação que não configura, tecnicamente, hipótese de intervenção *ad coadjuvandum*. - Os despachos de mero expediente - como aqueles que ordenam juntada, por linha, de simples memorial expositivo -, por não se revestirem de qualquer conteúdo decisório, não são passíveis de impugnação mediante agravo regimental (CPC, art. 504).⁴² (Grifo nosso).

O *amicus curiae* colabora para uma decisão justa do Poder Judiciário, por meio de uma participação meramente informativa, sem intenção de que uma ou outra parte da demanda saia vencedora na causa.

A natureza jurídica do *amicus curiae* é, portanto, a de um colaborador informal do Poder Judiciário, somente procurando uma decisão justa para o caso em debate.

3 O *amicus curiae* no Direito brasileiro

3.1 Referências na legislação

No Brasil, a referência mais remota prevendo a admissão do *amicus curiae* veio com a Lei 6.385/1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em seu art. 31, permite à CVM oferecer parecer ou prestar esclarecimentos.

Em 1994, a Lei 8.884 previu a intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para intervir como assistente, mediante sua intimação (art. 89).

Outras leis admitem intervenções diferenciadas de terceiro que podem ser classificadas como *amicus curiae*, pois estão bem próximas das intervenções de *amicus* no Direito estrangeiro, que admitem o instituto.

A Lei 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, positivou no ordenamento jurídico brasileiro a figura do *amicus curiae*.

⁴² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 748, do Estado do Rio Grande do Sul. Pleno. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 1º de agosto de 1994. *Diário da Justiça* de 18 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

Mesmo o art. 7º da Lei 9.868 dispondo sobre a inadmissibilidade da intervenção de terceiros, no § 2º encontra-se uma exceção à regra:

Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

[...]

§ 1º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades. (Grifo nosso).

De acordo com esse parágrafo, terceiros alheios ao processo podem participar da formação da decisão final.

Outra norma que prevê a atuação do *amicus curiae* é a Lei 9.882/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A previsão encontra-se no § 1º do art. 6º, que assim dispõe:

Art. 6º [...]

§ 1º Se entender necessário, poderá o relator ouvir as partes nos processos que ensejaram a arguição, requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou ainda, *fixar data para declarações*, em audiência pública, *de pessoas com experiência e autoridade na matéria*. (Grifos nossos).

O Código de Processo Civil também prevê a manifestação do *amicus curiae* no § 3º do art. 482, *verbis*:

O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades. (Grifo nosso).

Percebe-se que, nessas normas que permitem a intervenção de terceiros como *amicus curiae*, não há referência expressa à admissão do instituto. A única norma do ordenamento jurídico brasileiro que se refere, expressamente, ao *amicus curiae* é a Resolução 390, de 17/09/2004, do Conselho da Justiça Federal, que dispõe sobre o Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. A menção encontra-se no § 1º do art. 23:

Art. 23. As partes poderão apresentar memoriais e fazer sustentação oral por dez minutos, prorrogáveis por até mais dez, a critério do presidente.

§ 1º O mesmo se permite a eventuais interessados, a entidades de classe, associações, organizações não-governamentais, etc., na função de "*amicus curiae*", cabendo ao presidente decidir sobre o tempo de sustentação oral.

[...]

Com exceção da Resolução 390, acima transcrita, no tocante à menção expressa ao *amicus curiae*, Cassio Scarpinella Bueno entende que nas demais normas não há uniformidade na doutrina, e também não na jurisprudência, de que a intervenção nelas mencionada se trata de *amicus curiae*.

[...] a lei não chama a figura interventiva que descreve por aquele nome. Opta por não nominá-lo ou nomina-o de "intervenção", o que, do ponto de vista técnico e científico do processo civil, quer dizer muito pouco ou nada; ou, ainda, chama a figura de "assistência", que, no Código de Processo Civil, tem significado próprio e bem distinto da figura do *amicus*, sobretudo em função dos contornos do "interesse jurídico" que a legitima.⁴³

Enquanto que em outros países, nos Estados Unidos, para citar somente um exemplo, o *amicus curiae* pode intervir por consenso das partes ou por permissão da Corte, no Brasil, sua intervenção se dá por decisão do relator.

3.2 Espécies de *amicus curiae*

A Lei 9.868/1999, norma que é considerada por diversos doutrinadores como a que implantou de modo definitivo a figura do *amicus curiae* ao ordenamento jurídico brasileiro, contempla duas espécies de intervenção do *amicus*. Uma delas é quando ele participa do processo por determinação do juiz, o que pode ser visto nos arts. 9º, § 1º, e 20, § 1º. A outra espécie de intervenção se dá nos casos do § 2º do art. 7º, em que o *amicus* intervém de forma voluntária, exercendo direito próprio de manifestação.

A primeira hipótese é que mais se assemelha *amicus curiae* original, sendo os casos mais comuns da intervenção do instituto no Direito inglês e no Direito norte-americano, em que o *amicus* tem importância relevante como elemento probatório. Nessa situação, ele é convocado pelo magistrado para elucidar determinada questão, que diz respeito a um conhecimento, técnico ou científico, que o juiz não possui.

⁴³ BUENO, *op. cit.*, p. 126.

No caso da hipótese de intervenção voluntária, ao *amicus* é concedido o direito de participar de um processo alheio movido por interesse particular. Para a doutrina, esse é um legítimo caso de nova modalidade de intervenção de terceiro.

Em qualquer critério de classificação, o objetivo é melhor compreender o tema em estudo.

Baseado nisso, Cassio Scarpinella Bueno propõe uma classificação diferente. De acordo com ele, as espécies de intervenção do *amicus* podem ser classificadas em três grupos, levando-se em conta critérios específicos, ou seja, se analisarmos a natureza jurídica do instituto, o *amicus* pode ser público ou privado. Se o critério for a iniciativa da intervenção, teremos a intervenção provocada e a espontânea, já analisada acima. Já, se o critério for o motivo da intervenção, então ela poderá ser vinculada, procedimental ou livre.⁴⁴

A distinção entre *amicus curiae* público e privado encontra respaldo na doutrina norte-americana. O *amicus* é público quando é uma pessoa ou órgão do Estado que intervém. No Direito brasileiro, essa função é exercida pelo Ministério Público, que atua como *custos legis*. No Direito americano não existe a figura do Ministério Público do jeito que nós a conhecemos, o mais próximo disso é o *amicus* público, cujos poderes são maiores do que o *amicus* privado, pois, pelo menos em tese, ele atua em nome do interesse público, não busca a tutela de nenhum interesse seu, mas sim, a tutela de interesses institucionais.

Não sendo o *amicus* público, ele é considerado como privado. Nesses casos, não são somente as entidades privadas, mas também associações não governamentais, entidades de classe e até mesmo um indivíduo.

A última espécie de classificação analisa os motivos que levam o *amicus* a intervir em processo alheio. A intervenção vinculada está prevista na lei, que descreve claramente como, quando e por que o *amicus* deve intervir, podendo-se citar como exemplos os casos em que a CVM deve fazer parte do processo. A espécie de intervenção vinculada coincide com os casos de *amicus* público.

Na intervenção classificada como procedimental, há previsão na lei para manifestação do *amicus curiae*, mas ela não especifica quem pode ser chamado para se manifestar como tal. A lei não determina quem pode

desempenhar o papel de *amicus curiae*, mas prevê a possibilidade de seu ingresso no processo. Pode-se citar como exemplo o § 7º do art. 14 da Lei 10.259/2001, que dispõe sobre os Juizados Especiais na justiça Federal, *verbis*:

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. *Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.* (Grifo nosso).

A intervenção será classificada como livre nos casos em que a lei não indica quem pode intervir como *amicus*, o momento em que pode ou deve intervir no processo e também não especifica de que forma ele será ouvido. São situações atípicas que somente são identificadas no trabalho diário forense.

3.3 Quem pode ser *amicus curiae*

A introdução da figura do *amicus curiae* no ordenamento jurídico brasileiro possibilitou que terceiros ingressassem em processo em que se discute a constitucionalidade de leis e atos governamentais que possam violar direitos e interesses coletivos.⁴⁵

Dispõe o § 2º do art. 7º da Lei 9.868/1999:

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades. (Grifo nosso).

Percebe-se, então, que os requisitos para ser admitido como *amicus curiae* são *relevância da matéria* e *representatividade dos postulantes*.

Quanto à representatividade dos postulantes, consideram-se como tais as pessoas elencadas no art. 2º da mesma lei, cujo teor é o mesmo do art. 103 da Constituição Federal.

O que enseja comentário está na parte final do § 2º do art. 7º, acima transcrito, ou seja, a *manifestação de outros órgãos ou entidades*. Entendem-se como tais as associações profissionais, de classe, organizações não governamentais, universidades, fundações, escolas, sindicatos, comunidades e entidades religiosas, étnicas e raciais, órgãos e entidades governamentais, membros do Ministério Público, enfim, diversos outros

⁴⁴ *Ibidem*, p. 519.

⁴⁵ SILVA, Luiz Fernando Martins da. *Amicus curiae*, direito e ação afirmativa. *Revista Jurídica*, Brasília: Presidência da República, 76, v. 7, p. 70, dez. 2005 a jan. 2006.

entes que possam ser classificados como idôneos. A representatividade está, necessariamente, ligada à idoneidade do postulante.

A entidade deve mostrar interesse institucional que justifique sua participação no processo. Deve demonstrar que representa os valores de determinado grupo social sobre o qual repercutirá a decisão.

Importante notar que as normas brasileiras que possibilitam a intervenção como *amicus curiae* dispõem apenas sobre entidades e órgãos, não sobre pessoas físicas. Até então, o Supremo Tribunal Federal nunca admitiu pessoas físicas como *amicus curiae*. Os ministros do Supremo, apesar de não acolherem formalmente o pedido, juntavam as manifestações aos autos. Nelson Nery Jr. e Rosa Nery já diziam ser possível a admissão de pessoa física como *amicus curiae*, *verbis*:

O relator, por decisão irrecurável, pode admitir a manifestação de pessoa física ou jurídica, professor de direito, associação civil, cientista, órgão e entidade, desde que tenha respeitabilidade, reconhecimento científico ou representatividade para opinar sobre a matéria objeto da ação direta.⁴⁶

No que diz respeito à relevância da matéria, a instituição que quer participar do processo como *amicus curiae* deve exercer atividade que tenha pertinência com o tema em debate. Não faria sentido admitir um terceiro no processo que não tenha interesse jurídico no deslinde da causa, a favor ou contra uma das partes. Também não justifica a admissão como *amicus curiae* de quem não acrescentará nenhum subsídio fático ou jurídico relevante para o debate processual.

Com a admissão do *amicus curiae* haverá a intensificação do debate constitucional, com a consequente ampliação do contraditório. Isso porque a entidade, em virtude da atividade que exerce, possui ampla experiência e terá condições de trazer aos autos dados e argumentos indicativos da realidade para que a Corte medite sobre os efeitos de sua decisão.

O *amicus curiae* auxilia a Corte a encontrar a interpretação mais adequada para o caso em debate. Ele está diretamente vinculado à garantia do contraditório.

3.4 Admissão como *amicus curiae*

Para ser admitido como *amicus curiae* faz-se necessária a confecção de peça processual intitulada de *memorial*. O memorial de *amicus curiae* trata-se de petição escrita, com caráter informativo, encaminhado à Corte pelo *amicus*.

Como já mencionado anteriormente, o instituto é largamente utilizado nos Estados Unidos e lá a peça encaminhada à Corte solicitando admissão como *amicus curiae* é chamada de *amicus brief* (documento do amigo).

Aquele que deseja participar de um processo como *amicus curiae* deve encaminhar, primeiramente, memorial requerendo sua admissão. O relator decidirá, por despacho, se admite ou não seu ingresso no processo. Esse despacho é irrecurável. Se aceita a participação do *amicus curiae*, este deverá apresentar suas razões.

Na prática, o que vem acontecendo é o pedido de admissibilidade e as razões serem interpostos em uma única oportunidade.

O memorial é a peça feita por quem não é parte no processo requerendo sua admissão para ser ouvido em juízo. O memorial não tem como objetivo favorecer uma das partes, mas sim, dar suporte fático e jurídico sobre a questão em julgamento e enfatizar os efeitos que a decisão a respeito da matéria terá sobre a sociedade, ou mais especificamente ao grupo de pessoas que ela atingir.

O memorial deve ser objetivo, sucinto e deve explicar a repercussão do tema na sociedade ou no grupo que mais será atingido pela decisão.

A manifestação do *amicus curiae* se resumirá em uma coletânea de citações de casos relevantes para o julgamento, artigos produzidos por profissionais jurídicos, informações fáticas, experiências jurídicas, sociais, políticas, argumentos suplementares, pesquisa legal extensiva que contenham aparatos corroboradores para maior embasamento da decisão pela Corte Suprema.⁴⁷

A Regra 37 do Regimento Interno da Suprema Corte dos Estados Unidos determina que o *amicus brief* não deva ultrapassar as cinco páginas.⁴⁸ Da mesma forma, entende-se que deveria haver regramento

⁴⁶ *Apud* SOUZA FILHO, Luciano Marinho de Barros e. *Amicus curiae*: instituto controvertido e disseminado no ordenamento jurídico brasileiro. *Juris Plenum Ouro*, Caxias do Sul: Plenum, 8, jul./ago. 2009. 1 DVD. Importante observar que neste artigo doutrinário o autor refere-se à obra de Nelson Nery Jr. e Rosa Nery cuja data de publicação remete ao ano de 2003.

⁴⁷ SANTOS, *op. cit.*

⁴⁸ *Rules of the Supreme Court of the United States*. Disponível em: <<http://www.supremecourtus.gov/ctrules/rulesofthecourt.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

semelhante na legislação brasileira. Não só a fixação do número de páginas, mas também a do número de memoriais e a fixação do prazo para entrega. Além da economia e maior celeridade ao processo, isso faria com que a Corte pudesse analisar e responder todos os argumentos deduzidos pelas partes e pelo *amicus curiae*.

Conclusão

O presente trabalho objetivou destacar a natureza jurídica da função exercida pelo *amicus curiae*, bem como sua importância.

Para entender sua função, não se faz necessária a tradução da expressão. Literalmente, o *amigo da Corte* não tem significação jurídica no ordenamento jurídico brasileiro. A forma como ele foi criado e instituído em sua origem não encontra referencial no Direito brasileiro. O *amicus curiae* deve ser entendido em si mesmo, eliminando-se a necessidade de traduzir a expressão para o vernáculo.

O *amicus curiae* surgiu no Brasil em 1976, com a Lei 6.385, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a CVM, permitindo que ela ofereça parecer ou preste esclarecimentos.

O instituto entrou definitivamente e com mais força em nosso ordenamento jurídico por intermédio da Lei 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Ocorre que essa norma não utiliza a expressão *amicus curiae*, ela apenas dispõe que outros órgãos ou entidades podem se manifestar. Entretanto, a doutrina afirma que essa intervenção caracteriza-se como *amicus curiae*.

Para ser admitido como *amicus curiae*, a entidade ou órgão deve preencher dois requisitos, quais sejam: a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes.

Por relevância da matéria entende-se que a instituição que quer participar do processo como *amicus curiae* deve exercer atividade que tenha pertinência com o tema em debate. Não se justifica a admissão como *amicus curiae* de uma entidade que não acrescentará nenhum subsídio jurídico ou fático relevante para o debate processual.

Quanto à representatividade dos postulantes, a entidade deve mostrar que representa os interesses de um grupo, para quem a decisão da Corte terá repercussão. A entidade deve ter interesse institucional que justifique sua participação.

A entidade ou órgão que deseja adentrar em processo alheio deve apresentar um memorial requerendo sua admissão e expondo as razões para tanto. Nos Estados Unidos, a Regra 37 do Regimento da Suprema Corte estabelece critérios para apresentação do *amicus brief* (memorial do *amicus*), sendo uma delas que ele não pode ultrapassar cinco páginas. No Brasil ainda não há esse tipo de regramento, no entanto entende-se que deveria haver normas que estabelecessem não só a quantidade de páginas, mas também a do número máximo de memoriais e o prazo para entrega. Algo simples, mas que poderia agilizar o já tão demorado trâmite processual no nosso país.

Questão que encontra divergência entre os doutrinadores diz respeito à natureza jurídica do *amicus curiae*.

Há uma divisão classificando sua natureza jurídica considerando três hipóteses. A primeira delas diz ser o *amicus* uma espécie de terceiro especial, que intervém no processo para defender um interesse institucional. Ocorre que, se em nosso sistema processual civil, um terceiro só pode intervir em um processo para defender interesse jurídico próprio que poderá ser afetado pela decisão, não há como classificar o *amicus curiae* como um terceiro, nem mesmo especial. O *amicus* defende interesse de um grupo, de uma coletividade, não pleiteia uma decisão favorável a nenhuma das partes litigantes.

A segunda hipótese defendida pela doutrina entende ser o *amicus curiae* uma forma de assistência atípica, *sui generis*. Também não concordamos com essa afirmação. O assistente entra no processo buscando sentença favorável a uma das partes. O *amicus curiae* tem interesse na questão jurídica que está sendo debatida, não defende a tese de nenhum dos litigantes.

A terceira hipótese aventada é a de que o *amicus curiae* seria uma espécie de perito especial, pois tem grande conhecimento da matéria que está sendo debatida e pode auxiliar a Corte fornecendo informações relevantes para que a decisão seja o mais justa possível. Apesar da semelhança entre as funções do perito com o *amicus curiae*, este não pode ser classificado como perito, mesmo que seja de forma especial. O perito é auxiliar eventual do juízo, elucida os fatos solicitados pelo juiz para o seu convencimento. Ele está sujeito ao impedimento e à suspeição, o que não ocorre com o *amicus*. Outro aspecto pelo qual o *amicus* não pode ser classificado como uma espécie de perito é o fato de ele não receber honorários pela sua intervenção.

O Supremo Tribunal Federal classificou o *amicus curiae* como um colaborador informal da Corte. Como órgão máximo da justiça brasileira, a questão deveria estar pacificada, porém o debate continua.

O *amicus curiae* é a participação de instituições na formação da Justiça. Nada mais democrático e representativo.

Referências

AGUIAR, Mirella de Carvalho. *Amicus curiae*. Salvador: Podium, 2005.

ALMEIDA, Ângela; CARNIEL JR., Gilberto; MIORELLI, Zilá Teresinha. In: AUGUSTIN, Sérgio (Coord.). *Direito processual civil: teoria e prática*. 4. ed. Caxias do Sul: Plenum, 2010.

AZEM, Guilherme Beux Nassif. Considerações sobre o instituto da assistência no Direito brasileiro. *Juris Plenum Ouro*, Caxias do Sul: Plenum, 8, jul./ago. 2009. 1 DVD.

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. *Sinopses jurídicas: teoria geral do processo e processo de conhecimento*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, v. 11, 2007.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. *Revista da Escola Nacional de Magistratura*, v. 2, 5, abr. 2008.

_____. *Partes e terceiros no processo civil brasileiro*. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2006.

BUENO FILHO, Edgard Silveira. *Amicus curiae: a democratização do debate nos processos de controle da constitucionalidade*. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Brasília, 19, out./dez. 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, v. 2, 2005.

DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2005.

_____. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2005.

_____. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, v. 3, 2005.

_____. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, v. 4, 2005.

LEIVAS, Laércio de Lima. *Amicus curiae: instrumento de realização da sociedade aberta de intérpretes constitucionais*. 2006. Monografia (Especialização em Processo Civil) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.

MACIEL, Adhemar Ferreira. *Amicus curiae: um instituto democrático*. *Juris Plenum Ouro*, Caxias do Sul: Plenum, 8, jul./ago. 2009. 1 DVD.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Manual do processo de conhecimento*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

NOGUEIRA, Gustavo Santana. *Processo civil: teoria geral do processo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, tomo 1, 2004.

NUNES, Dymaima Kyzy. *A previsão do amicus curiae na Lei 9.868/99 e a democratização do controle concentrado de constitucionalidade via ação direta de inconstitucionalidade*. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/39336>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

PEREIRA, Milton Luiz. *Amicus curiae: intervenção de terceiros*. *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Brasília, 18, jul./set. 2002.

PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues Del. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2007.

PRADO, Rodrigo Murad do. *O amicus curiae no Direito processual brasileiro*. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, 676, 12 maio 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6717>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

RULES of the Supreme Court of the United States. Disponível em: <<http://www.supremecourtus.gov/ctrules/rulesofthecourt.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

SANTOS, Esther Maria Brighenti dos. *Amicus curiae: um instrumento de aperfeiçoamento nos processos de controle de constitucionalidade*. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, 906, 26 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7739>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

SILVA, Luiz Fernando Martins da. *Amicus curiae, direito e ação afirmativa*. Revista Jurídica, Brasília: Presidência da República, 76, v. 7, dez. 2005 a jan. 2006.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de Processo Civil*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 2000.

SOUZA FILHO, Luciano Marinho de Barros e. *Amicus curiae: instituto controvertido e disseminado no ordenamento jurídico brasileiro*. *Juris Plenum Ouro*, Caxias do Sul: Plenum, 8, jul./ago. 2009. 1 DVD.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 2007.

USTÁRROZ, Daniel. *A intervenção de terceiros no Processo Civil brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. *Amicus curiae: um regalo para a cidadania presente*. Disponível em: <<http://www.notadez.com.br/anexos/RJ%20371%20-%20Doutrina%20C%C3%ADvel.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

com.br/anexos/RJ%20371%20-%20Doutrina%20C%C3%ADvel.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

VALENTE, Patricia Martins. *Natureza jurídica do amicus curiae*. Disponível em: <http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080930160753402>. Acesso em: 22 jan. 2011.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de Processo Civil*. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 2006.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Common_law>. Acesso em: 22 jan. 2011.

ZERBES, Marcelo. *Reflexões sobre o amicus curiae no Processo Civil brasileiro: um mecanismo para a realização dos valores do Estado democrático de direito*. Disponível em: <<http://tex.pro.br/tex/listagem-de-artigos/202-artigos-set-2007/5501-reflexoes-sobre-o-amicus-curiae-no-processo-civil-brasileiro-um-mecanismo-para-a-realizacao-dos-valores-do-estado-democratico-de-direito>>. Acesso em: 22 jan. 2011.